



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CÂMARA DE JULGAMENTO

Resolução nº 79/2022-CJ, de 14 de julho de 2022

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração nº 41308, em nome da empresa Expresso São Luiz Ltda, conforme Processo nº 202200029003087.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 14/07/2022, que julgou por maioria de votos pela anulação do auto de infração, o membro Wilson Costa Ferreira acompanhou o voto do relator, pela manutenção do auto de infração, os membros Idalino Serra Hortêncio em seu relatório de pedido de vista proferiu seu voto divergente ao do relator e votou pela anulação do auto, o membro Paulo Henrique Oliveira Marques acompanhou o voto divergente pela anulação do auto nº 41308, com voto de desempate do Coordenador,

RESOLVE:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 41308, em nome da empresa Expresso São Luiz Ltda, por constar erro de tipificação, por falta de fundamentação legal que caracteriza a lavratura do referido auto,

Art. 2º. A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **IDALINO SERRA HORTENCIO, Coordenador (a)**, em 15/07/2022, às 11:06, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000031850520** e o código CRC **DA5BC607**.

CÂMARA DE JULGAMENTO
Avenida Goiás, 305, Ed. Visconde de Mauá - Centro - CEP 74005-010 - GOIANIA - GO



Referência: Processo nº 202200029003087



SEI 000031850520